

DA CRIAÇÃO DE UMA *PARCERIA* COM MARISQUEIRAS DE BELMONTE (BA): ANTROPOLOGIA COMO FERRAMENTA DE ENCONTRO

Ana Carneiro

Como citar este artigo:

CARNEIRO, Ana. 2024. Da criação de uma *parceria* com marisqueiras de Belmonte-BA: Antropologia como ferramenta de encontro. *Classificados Métis*, vol. 1, n. 1, p. 1-23. Disponível em: <https://metis.fflch.usp.br/classificados-da-criacao-de-uma-parceria-com-marisqueiras-de-belmonte-ba-antropologia-como-ferramenta-de-encontro>.

Classificados Métis é uma publicação do Projeto Temático Métis – Artes e Semânticas da Criação e da Memória.



MÉTIS

Artes e semânticas da criação e da memória

PROJETO TEMÁTICO
FAPESP 2020/07886-8

Equipe editorial: Daniela Perutti, Joaquim Almeida Neto e Uirá Garcia

Revisão e copidesque: Daniela Perutti e Uirá Garcia

Projeto Gráfico: Joaquim Almeida Neto

Identidade visual Métis: Emir Lucrecia

Sítio eletrônico: Milena de Oliveira

Contato: classificados.metis.fflch@usp.br

DA CRIAÇÃO DE UMA PARCERIA COM MARISQUEIRAS DE BELMONTE (BA): ANTROPOLOGIA COMO FERRAMENTA DE ENCONTRO



Ana Carneiro

Desde 2021, participo do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras (doravante Resex), no sul da Bahia, como membro titular representando a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), na qual trabalho.¹ Desde 2019, tenho estabelecido relações com as lideranças da Resex, e mais fortemente com as marisqueiras do município de Belmonte. Isso se deve a um projeto de extensão que coordenei, através da universidade, visando monitorar os impactos causados na segurança alimentar das famílias da Resex, inicialmente pelo derramamento do óleo no litoral nordeste do Brasil, em 2019, depois por outros eventos em sequência: a pandemia de Covid-19 em

1. A Resex de Canavieiras foi criada em 2006, e a formação de seu Conselho Deliberativo foi aprovada pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio) e pelo Ministério Público Federal na Bahia (MPF-BA) em 2009. O conselho tem 27 cadeiras, 14 ocupadas por representantes das comunidades de marisqueiras e pescadores artesanais (Atalaia, Barra Velha, Campinhos, Puxin de Dentro, Puxin de Fora, Oiticica, Canavieiras e Belmonte) e 13 por representantes de setores externos (ICMBio, IBAMA, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Marinha do Brasil, prefeitura de Canavieiras, Câmara dos Vereadores de Canavieiras, setor hoteleiro, organizações não-governamentais socioambientais, setor de turismo, carcinicultores e universidades).

2020, e chuvas extremas em 2021 e 2022. Tais eventos se somaram aos impactos continuamente provocados pelos tanques de carcinicultura, pela hidrelétrica de Itapebi, pela monocultura de eucalipto em larga escala, pela mineração e pela especulação imobiliária. A seguir, descrevo minha tentativa de construir uma prática de conhecimento antropológico capaz de aliar-se a outros meios de pensar, engajando-nos na luta contra esses impactos e ameaças por meio das ferramentas que nossa própria prática pode fornecer.²

Todo projeto de pesquisa ou de extensão universitária a ser desenvolvido na Resex deve passar pela aprovação de uma comissão específica do Conselho Deliberativo. Seja nas discussões sobre esses processos de aprovação ou mesmo em outros temas, a participação na produção do e no acesso ao conhecimento gerado na Resex surgem com muita ênfase e são constantemente tematizados pelas lideranças. A Associação Mãe da Resex (Amex), que reúne todas as associações da unidade, vem articulando – em diálogo com a Teia dos Povos³ – a criação da Escola das Águas, para Ensino Fundamental e Médio, prevendo momentos de aprendizado de conhecimentos tradicionais dos pescadores. A Amex está também criando um Projeto Político Pedagógico da Educação Ambiental (PPPEA), com a Secretaria de Educação do Município, como conta Carlos Alberto Pinto dos Santos, principal liderança da unidade e atual coordenador da Comissão Nacional de Fortalecimentos das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (Confrem). Carlinhos da Resex reflete sobre as implicações políticas da produção de conhecimento para a imagem da Resex:

2. Adotei a expressão “meios de pensar”, de Marcio Goldman, a quem remeto também para justificar o uso do termo: “Nossa preferência pela expressão meios de pensar – em vez de, por exemplo, modos de pensar – deriva do fato de que, além de evitar fantasmas teleológicos, o termo meio pode conotar tanto o que se pensa, o modo como se pensa, o que se faz ao pensar e, talvez sobretudo, o ambiente no qual se pensa” (Goldman, 2023: 7).

3. Teia dos Povos é uma articulação em rede reunindo povos originários, ribeirinhos, pequenos agricultores, quilombolas, extrativistas artesanais, movimentos sociais periféricos etc. a fim de construir uma “aliança preta, indígena e popular”. O movimento entende que a luta por terra e território deve se dar pela via da autonomia e da soberania alimentar (cf. <https://teiadospovos.org/sobre/>).

Temos feito um enorme esforço para trabalhar estratégias de comunicação para que informações sobre nós sejam produzidas por nós. [...] Isso perpassa também a nossa relação com a universidade. Eu não frequentei uma universidade, mas nós já fomos objeto de estudo diversas vezes. Aqui na Resex não temos uma universidade, mas já formamos diversos mestres, diversos doutores. [...] Definimos que quando pessoas da universidade vêm para cá para executar seus projetos, para nós só faz sentido se isso for feito em parceria, com bolsista da comunidade, pois a ideia é trocar conhecimento. [...] O conhecimento que vem de fora é importante, mas o nosso, para a manutenção do nosso modo de vida, é fundamental (Dos Santos, 2023: 300-301).

Frequentemente, as lideranças criticam a postura de cientistas que chegam, fazem suas pesquisas e desaparecem sem compartilhar os resultados e o reconhecimento por elas gerados. Nos piores casos, esses cientistas divulgam, no meio acadêmico (longe dali), análises que deslegitimam ou desvirtuam os ganhos sociais, econômicos e ambientais trazidos por sua luta. Esses casos são lembrados e criticados de modo recorrente por lideranças em variadas situações. Ao mesmo tempo, há os pesquisadores considerados *parceiros*. Dois deles – um no campo da biologia e uma na área de gestão e administração – há muitos anos desenvolvem trabalhos com as lideranças da Resex. Seus projetos produzem efeitos, seja na defesa do meio ambiente, seja na gestão associativa, que são evidenciados com facilidade tanto pelos cientistas quanto pelas pessoas da própria Resex.

O projeto de extensão que coordenei também foi considerado uma parceria bem-sucedida, conforme a recepção das(os) representantes comunitários do Conselho Deliberativo ao apresentarmos os dados produzidos no projeto. Trata-se de um diagnóstico participativo sobre a segurança alimentar das famílias da Resex, com o objetivo de instrumentalizar marisqueiras e pescadores para monitorarem os impactos dos eventos climáticos em sua segurança alimentar. O projeto de extensão partiu da rede de relações previamente estabelecida por Paula Pimenta, na época minha coorientanda de mestrado, em sua pesquisa etnográfica no bairro de marisqueiras e pescadores em Belmonte, abarcado pela Resex.

O diagnóstico foi construído com técnicas de questionário desenvolvidas por Victor Urzua, geógrafo que iniciava um doutorado sobre segurança alimentar e biodiversidade, sob orientação de um economista.⁴ Assim, as relações que deram condição à realização coletiva do diagnóstico foram forjadas no trabalho etnográfico, mas a elaboração do questionário não contou com ferramentas da antropologia. Quando apresentamos os resultados de nosso projeto no Conselho Deliberativo da Resex, recebemos palavras de alegria das nossas amigas marisqueiras. Elas exaltavam o fato de darmos uma devolutiva passível de ser utilizada dali para frente. Enfatizavam que o diagnóstico – com seus gráficos e evidências – seria um instrumento de conhecimento importante para a sua luta.

Por sua vez, a relação de amizade resultante da etnografia de Paula gerou efeitos também celebrados pelas marisqueiras, como o fortalecimento do samba de roda que elas organizavam e no qual a mestranda se envolveu. Mas as reações positivas nesse caso, manifestadas pelas marisqueiras de Belmonte na banca de defesa do trabalho,

4. Paula Pimenta Gomes realizou sua dissertação no âmbito do PPGES-UFSB, sob orientação de Maria Aparecida de Oliveira Lopes (Gomes, 2020). A tese de doutorado de Victor Andres N. Urzua, foi defendida no CPDA-UFRRJ, sob orientação de Renato Maluf (Urzua, 2023). O questionário consistiu na aplicação da Escala Brasileira de Segurança Alimentar (Ebia), uma escala psicométrica da experiência da fome, com perguntas preestabelecidas, e na elaboração, junto às lideranças, de questões para um diagnóstico incluindo suas demandas, como o custo para acessar benefícios, além de demandas da pesquisa.

davam-nos a entender que tais efeitos eram um aspecto residual do saber científico produzido. Se o diagnóstico de segurança alimentar era encarado por elas como a própria ferramenta de conhecimento, que acessavam graças à pesquisa, o texto etnográfico era uma forma de conhecimento importante para levar o nome das marisqueiras *para a sociedade*, *para o mundo acadêmico*, mas não era entendido como um saber a ser apropriado e instrumentalizado por elas.

Da criação: pesquisas e cozinhas

Apesar de já estar em contato com esse contexto desde 2019, só em 2023 me empenhei em delinear um projeto de pesquisa no campo da antropologia, e que também pudesse ser estabelecido nos termos de uma *parceria*. Seria possível fazer com que um texto etnográfico surtisse um efeito de conhecimento para as lideranças da Resex? Que espécie de instrumento a antropologia pode oferecer àqueles(as) que ela descreve?

Entendo que não há uma resposta geral para essa questão. Ela só pode ser respondida no caso concreto. Nesse sentido, vale lembrar que, ao mesmo tempo em que buscava aliar meus interesses teóricos aos interesses políticos das marisqueiras de Belmonte, precisava estar afinada com um projeto mais amplo dentro do qual minha pesquisa era pensada. Refiro-me ao Projeto temático da FAPESP intitulado “Artes e semânticas da criação e da memória” (Peixoto *et al.*, 2020), que tem como objetivo geral “explorar a noção de criação, interrogando deliberadamente sua polissemia e as conexões que ela permite inferir entre domínios diversos”. No meu caso, o interesse de partida voltou-se para as criações da

cozinha, inspirando-me em minha pesquisa de doutorado realizada com agricultores familiares no norte de Minas Gerais, e em discussões – das quais tomei parte – que se desenrolaram em uma série de seminários, entre 2018 e 2020, reunindo pesquisadoras de diferentes subáreas da antropologia. Nesses seminários, testamos a possibilidade de cruzamentos e transversalidades entre nossas etnografias, articulando-nos em torno dos temas da casa, do corpo e da terra a partir de variadas abordagens nas quais a perspectiva de gênero ganhava centralidade (cf. Carneiro *et al.*, 2024).

Nesse contexto de discussão, a cozinha surgiu como figura de interesse comum em materiais etnográficos de povos rurais, indígenas, quilombolas e pesqueiros como um meio que agencia, cria e faz circular comidas, bebidas, conversas, pessoas, relações e forças diversas.

Nessas criações da cozinha, observamos a ação das mulheres atravessada por agenciamentos múltiplos, humanos e não-humanos, como mostraram alguns enquadramentos teóricos sobre os materiais que discutimos, incluindo os do meu próprio trabalho de campo no norte de Minas, realizado entre 2006 e 2016. Neste e noutros campos etnográficos, a atividade materna de criação das crianças na cozinha pode ser descrita como prática de conhecimento e criação que inscreve uma memória do lugar nos futuros corpos adultos de seus filhos e filhas.

Essa agência feminina na cozinha é, portanto, cotidiana e antecipatória, à medida que incide nas futuras relações entre filhos ou filhas e a terra em que foram criados. Por esse caminho, a noção de criação se associa à de memória (coletiva, social, individual), também

acompanhando o sentido do projeto temático a que me referi. Nele, pretende-se afastar a noção [de memória] “do pressuposto identitário das formas de representação, para [então] situá-la no devir. A memória liga-se, assim, às práticas – ou à cosmopraxis – alimentando-as, uma vez que, associada à criação, ela é acionada para o instante futuro, para a ação, reação e reflexão no interior de uma ecologia cujo destino é sempre incerto” (Peixoto *et al.*, *op. cit.*).

Pensando nisso, me propus inicialmente investigar de que maneiras as lideranças marisqueiras de Belmonte estariam mobilizando (ou viriam a mobilizar) essas práticas cotidianas de criação da cozinha em suas lutas por terra e território. Eu estava interessada em uma cosmopraxis política envolvendo a relação corpo-terra. Considerava que os escritos produzidos no contexto dos seminários sobre gênero e terra teriam um efeito político evidente: tornar visível a incidência da agência feminina (invisibilizada pelo seu caráter prosaico e cotidiano) no futuro de povos e pessoas. Mais do que isso, como escreveram Luísa Belaunde e Renata Machado, ao aproximar analiticamente artesãs Kichwa, no Peru, e as marisqueiras de Matarandiba, na Bahia, o que procurávamos era “sublinhar as confluências entre mulheres fazedoras de mundos”, fazedoras de existências que são também resistências, “nos interstícios da devastação” modernizante (2023:2-3).

Essas ideias repercutiam nas mobilizações recentes de mulheres do campo, das águas e das matas em defesa do que definem como seu corpo-território. E assim as mulheres da Associação de Marisqueiras e Pescadoras (AMPB) de Belmonte pareciam fornecer o contexto ideal para essas demarcações analíticas. Seja na forma como elas organizaram e prepararam o almoço daqueles que trabalharam no monitoramento e contenção do óleo cru,

seja na condução que fizeram desse trabalho, ou seja, na lida diária, entretecida em sua luta, entre a mariscagem e a cata do marisco, movimentando-se entre a casa, a maré e a cozinha da unidade de beneficiamento de sua associação. É pertinente dizer que, de seu saber-fazer com a comida, elas encontram os meios de criar forças econômicas e organizativas fundamentais no enfrentamento da sequência dramática dos eventos climáticos vividos por elas.

Mas se essa realidade repercutia no material teórico-etnográfico de que eu dispunha, a dimensão política que descrevíamos a respeito das atividades femininas não se convertia em valor político quando circulavam no contexto da Resex. Para as marisqueiras, eu descrevia algo que elas já sabiam; que era importante como registro de uma memória, ou mesmo de um patrimônio, mas não como ferramenta de conhecimento que pudesse ser operada por elas enquanto tal. A questão retornava: é possível fazer um texto etnográfico surtir efeito de conhecimento análogo ao de um diagnóstico participativo? É possível que nossos interlocutores de campo também sejam interlocutores no gabinete de leitura?

Marilyn Strathern me diria que não. Em uma formulação já bastante conhecida sobre o que ela chama de efeito etnográfico, do final dos anos de 1990, a autora defende que a escrita etnográfica deve ser “uma recriação imaginativa de alguns dos efeitos da [...] pesquisa de campo”, notando em seguida que “as ideias e narrativas que conferiam sentido ao cotidiano da experiência de campo têm que fazer sentido no contexto dos argumentos e análises dirigidos a *outro público*” (Strathern, 2014 [1990]: 346 – ênfase minha). Essa questão do público-leitor de etnografia está mais desenvolvida em um artigo anterior, em que a autora define os limites da autoantropologia

em resposta aos ataques que ela e antropólogos em geral receberam, no final dos anos de 1970, por parte de estudantes da Universidade da Papua Nova-Guiné, região onde ela faz campo. Strathern (2014 [1987]) conta que esses estudantes denunciavam a exploração, para fins acadêmicos, das relações pessoais estabelecidas por etnógrafos em suas pesquisas.⁵

Ela admite, a partir de Paul Rabinow, por sua vez baseando-se em Roland Barthes, que o texto antropológico se enreda em uma “tríade de relações” e o antropólogo (ou antropóloga) escreve para dois públicos: o dos pares e o dos nativos, mas cada um deles tem uma relação diferente com o texto produzido. Strathern descreve essas duas qualidades de público por meio da distinção entre autor e escritor. Para o público-leitor do vernáculo (nossos pares ou colegas), o antropólogo é um autor, ou seja, uma fonte de autoridade por meio da qual os leitores podem ter acesso a um outro povo. A autoria (e sua autoridade) é construída pela relação entre o texto e as vozes daqueles que fornecem a informação da pesquisa (ver Clifford, 1983). A linguagem é, portanto, reflexiva. Diversamente, para aqueles sujeitos que são o foco do estudo, os nativos ou fornecedores da informação, o antropólogo é apenas um escritor (e não um autor), ou seja, a linguagem é tratada como ferramenta transparente, não comunica nada além de um referente já conhecido. Perdendo reflexividade, o texto etnográfico perde a própria fonte de conhecimento antropológico, sugere a autora.

Essa linguagem reflexiva, própria da antropologia, é construída por meio da comparação implícita viabilizada por conceitos como os de cultura e sociedade.⁶ O problema, prossegue a autora, é que “as técnicas de conhecimento que os povos não acadêmicos têm sobre si mesmos não

5. Strathern argumenta que, seja na Melanésia ou em Essex, na Inglaterra, a autoria das pessoas nativas é englobada como parte dos dados antropológicos, mas as queixas em relação a isso em cada um dos casos não são as mesmas.

6. “[...] antropólogos transformam seus achados em artefatos de um tipo particular, entre os quais o mais notável é o próprio conceito de ‘cultura’ ou ‘sociedade’”. (Strathern, 2014 [1987]: 151).

contemplam as noções de ‘cultura’ e ‘sociedade’”, ou ao menos não no mesmo registro de escrita. “Os acadêmicos criam um domínio exclusivo no interior do qual seus relatos têm valor” (Strathern, 2014 [1987]: 139), escreve a autora. São técnicas específicas por meio das quais antropólogos(as) se distanciam dos enquadramentos nativos – técnicas de escrita, importante dizer. Assim, a autora entende que qualquer antropólogo(a), mesmo que pertença a uma aldeia na Papua Nova-Guiné, ao descrever etnograficamente seu povo estará mais próximo dos colegas euro-americanos do que de sua própria aldeia.

Diante desse argumento, não pude deixar de lembrar dos jovens estudantes de bacharelado em Antropologia da UFSB, que até recentemente ocupavam estritamente o lugar de objeto de conhecimento na bibliografia antropológica. Ocupar a posição de sujeito de saber é um tema que tem sido levantado por eles de forma crescente, e a autoetnografia (em um sentido, creio eu, diferente do abordado por Marilyn Strathern) é o caminho que a maioria desses estudantes diz querer seguir em suas pesquisas monográficas.

Sem entrar aqui nesse campo de discussões, destaco a maneira como as ideias dos estudantes da UFSB nos remetem às angústias provocadas pela prática da escrita etnográfica. Tais inquietações também nos acometem, mesmo que mobilizando outras posições, pensei. Por outros caminhos, são também íntimas e angustiantes, embora a maior parte de nós tenha colocado esse problema fora do campo de teorizações – possivelmente porque o julgamos demasiado sentimentalista. O que importa aqui é que tais angústias participam das variações relacionais resultantes do movimento que criamos, enquanto antropólogas(os), entre o campo e o gabinete.

Marilyn Strathern (2014 [1990]) escreveu sobre o assunto mais de dez anos depois de ter vivido as reclamações dos estudantes melanésios, e afirmou que o movimento entre o campo e o gabinete é apenas parte da flexibilidade do método etnográfico. O paradoxo, argumenta ela, está na flexibilidade do estado de imersão em que consiste o nosso método. A imersão é ao mesmo tempo total e parcial, pois, seja no campo ou no gabinete, um está sempre incidindo um sobre o outro.

O efeito etnográfico em que se baseia a produção de conhecimento antropológico deve ser gerado com base na complexa relação de diferença entre o campo e a escrita acadêmica. Para além de ressituar, na escrita, a relação entre a pesquisadora que descreve e os pesquisados(as) que são por ela descritos, penso que cabe ressituar aqueles *para quem* realizamos nossa descrição. A partir de um novo endereçamento, o lugar de enunciação científica pode ser reconfigurado de forma independente das implicações hierarquizantes da divisão nós/eles. Assim, pensei, é necessário encontrar formas aliadas ao pensamento. Onde a antropologia pode confluir com o pensamento criado pelas marisqueiras? Em que consistem um e outro modos de conhecer e o que acontece com eles quando mobilizados pelo encontro? Como esse encontro pode ser criador, pensando em uma pragmática do conhecimento?

Strathern nota que o exercício da pesquisa de campo, incluindo a escrita dos diários, está sempre aberto ao que virá depois. Ou seja, reunimos material cujo uso não pode ser previsto, mas está sempre em prospecção. Da mesma maneira, no processo de criação da descrição etnográfica podemos sempre retornar ao campo, através dos diários, e reimaginá-lo em função das conexões presentes. Com

isso, posso dizer que o processo de criação da escrita etnográfica é antecipatório, tal como é antecipatório o modo de criação de filhos e filhas por suas mães na cozinha, como afirmei anteriormente. Nos dois casos, a memória é entendida como processo contínuo de criação “junto com” o tempo, sendo este um coagente dessa criação que é pessoal e coletiva.

As confluências

O efeito de envolver-se no campo e na escrita (que seria um segundo campo de imersão e movimento) é definido por Marilyn Strathern como *momento etnográfico*, um momento de conhecimento (Strathern, 2014 [1990]: 350). Por este caminho, ela nos possibilita remodelar os conceitos euramericanos fundantes em nossas descrições, e assumir que nosso pensamento sempre esteve habitado por pensamentos outros, como nota a autora em um comentário de passagem no mesmo texto. Por sua vez, Marcio Goldman e Vladimir Moreira Lima chamam atenção para esse ponto (cf. Goldman, 2023). Eles nos lembram das origens heterogêneas do pensamento acadêmico ao refletirem sobre o acontecimento das políticas de ações afirmativas na universidade brasileira. Graças a esse evento, afirmam os autores, ao mesmo tempo em que o saber não acadêmico é introduzido na universidade, o saber acadêmico é empurrado para fora dela. Novas possibilidades são abertas dos dois lados do encontro. Ainda que isso não seja novidade para a antropologia, é politicamente importante, notam eles, que o encontro seja uma confluência, no sentido germinante dado por Nêgo Bispo (2023), ou seja, quando as diferentes correntes se encontram sem perder

suas singularidades, cada qual se potencializando a partir do contato.

Com essa inquietação e ainda sem projeto de pesquisa definido, segui atuando como *parceira* e apoiando demandas pontuais que surgiam. A primeira demanda mais assertiva veio da Rede de Mulheres da Resex. Uma das diretoras da Rede me procurou para ajudá-las na elaboração de um diagnóstico de saúde emocional. Com a sequência de desastres, as lideranças da Rede estavam recebendo, por parte das associadas, uma demanda crescente por tratamento psíquico e por cestas básicas. As mulheres da diretoria sofriam porque não tinham mais de onde levantar fundos para a compra e distribuição de cestas básicas, e tampouco podiam contar com a única psicóloga da rede de saúde do município. Tudo isso afetava a saúde emocional delas também. “Daqui a pouco somos nós, lideranças, que vamos começar a sucumbir” – disse-me a diretora.

A relação entre fome, depressão feminina e emergência climática, bem como as relações entre as mexidas de cozinha e as dinâmicas dos nossos encontros na Resex, ou o envolvimento majoritariamente feminino no problema da insegurança alimentar mais uma vez me aproximavam das análises etnográficas que debatíamos entre colegas antropólogas. Mas de que forma isso poderia ser uma ferramenta de intervenção e como os efeitos dessa intervenção poderiam concernir à antropologia tanto quanto às marisqueiras? Um desafio começou a ganhar forma: criar uma escrita capaz de produzir certa alegria revolucionária naquelas pessoas com as quais eu gostaria de pensar e sobre as quais escreveria, ao mesmo tempo investigar os efeitos possíveis da minha escrita antropológica ao circular naquele contexto.

Por esse caminho, desenvolvi uma proposta de criação coletiva de artefatos da memória das marisqueiras, uma criação capaz de prospectar o futuro, como se faz na cozinha, e não com o intuito de patrimonialização da memória. Apresentei essas ideias a Pedrina Rodrigues, principal liderança da AMPB, propondo a criação, em parceria, de uma coleção digital sobre memórias marisqueiras, como parte do projeto do Centro de Documentação e Pesquisa Memórias do Sul da Bahia (<https://memoriasulbahia.com.br/>), coordenado por Pablo Antunha Barbosa, meu colega na UFSB. Ela enfatizou que teria que ser uma *criação coletiva* envolvendo todas as associadas, e sobretudo se entusiasmou com a ideia de *cura*, que pronunciei sem elaborar muito. Eu pensava nos efeitos terapêuticos provenientes de um exercício reflexivo que produz memória, em uma apropriação selvagem da psicanálise como prática de conhecimento clínico. Após longas conversas com Pedrina, planejamos a realização de uma série de oficinas chamada “Conversas de cozinha: criações coletivas de cura e memória”, adotando os termos que ela me sugeriu para comporem o título. Escrevi-lhes o seguinte resumo:

Quando envolve confiança, a conversa de cozinha é uma forma expressiva que produz distensionamentos, fortalece vínculos, pacifica e organiza os sentimentos. Baseando-se nesse princípio, a oficina realizará dinâmicas de conversas que serão provocadas pela apresentação de imagens ou textos e por práticas de criação escrita, tematizando a cozinha como espaço de cuidados e afetos familiares e comunitários. O propósito é instigar reflexões capazes de gerar diagnósticos emocionais como parte de processos de cura física, psíquica e espiritual. Para isto, ativaremos

as memórias pessoais das marisqueiras e pescadoras participantes, e refletiremos também sobre o que elas querem deixar como memória coletiva no futuro. Abordaremos sobretudo o pescado que elas tradicionalmente beneficiam, vendem e compartilham, e o elo entre essas atividades, o pertencimento ao território e a saúde da comunidade. Parte do material produzido nas oficinas será selecionado pelas marisqueiras e pescadoras da oficina para posterior publicação nos canais de comunicação de suas organizações e em uma plataforma da UFSB (<https://memoriasulbahia.com.br/>).

As oficinas

A relação entre cura, corpo, memória e criação coletiva possibilitou a aproximação de meu projeto (ainda em processo de elaboração) com o projeto de pós-doutorado de Camila Valenzuela-Moguillansky⁷, uma amiga que trabalha na área da microfenomenologia, sem diálogos prévios com a antropologia (ao menos não explicitamente) e em um campo de debate pouco presente no Brasil. Atualmente, Valenzuela vem desenvolvendo uma metodologia intitulada *Multidimensional Approach to Presence* (MAP), que ela resume da seguinte maneira:

MAP es un procedimiento de investigación-acción que coloca el estado de presencia como un elemento central para el estudio de la experiencia desde una perspectiva enactiva/corporizada. Su objetivo es doble; por un lado permitir la caracterización y mejor comprensión de una experiencia determinada, capturando los elementos subjetivos e intersubjetivos que la componen, y por otro promover un espacio de observación, familiarización y toma de conciencia

7. A pesquisa individual de Camila, que resulta na criação da metodologia MAP (Multidimensional Approach to Presence), faz parte do projeto intitulado “Aprendizagem socioemocional e vida compassiva para adolescentes: uma análise microfenomenológica do programa fo-cô”, orientado pela profa. Ana Regina Noto, no Núcleo de Pesquisa em Saúde e Uso de Substâncias (Nepsis), Departamento de Psicobiologia, Faculdade de Medicina, Unifesp.

de la propia experiencia. El procedimiento propuesto articula diferentes herramientas que trabajan el estado de presencia – ejercicios somáticos, entrevista microfenomenológica y técnicas expresivas – y diferentes niveles descriptivos – verbal, gestual y pictórico – en un trabajo grupal donde los participantes son a la vez, los investigadores de su propia experiencia. Para esto, el trabajo se organiza en cuatro etapas: en la primera, etapa de preparación, se introduce a los participantes al trabajo a ser desarrollado y se realizan ejercicios de conciencia corporal y sensibilización a la observación de la propia experiencia. En la segunda etapa, de evocación/vivencia, dependiendo de la experiencia a ser explorada, se genera una experiencia colectiva o se invita a evocar una vivencia que sea parte de la biografía de los participantes. En la tercera etapa, de descripción, se trabaja la descripción de la experiencia utilizando herramientas de la entrevista microfenomenológica y métodos expresivos como el mapeo corporal (Gastaldo et al. 2012). En la cuarta etapa, de análisis/composición, se realiza una discusión y composición colectiva a partir de las descripciones verbales, gestuales y pictóricas combinando la identificación de invariantes del análisis microfenomenológico y el trabajo de “testigo” tal como descrito por Janet Adler (1999). De esta forma, MAP es un procedimiento que puede ser utilizado para “mapear” distintos tipos de experiencias, a partir de un trabajo de apertura hacia y resonancia con nuestra propia experiencia y la de otros” (Valenzuela-Moguillansky, 2023).

Nesse resumo, a abordagem de Valenzuela foca em uma noção de *experiência* que não chega a evocar a de *corpo*. No entanto, é a partir da inscrição no corpo que a pesquisadora parte para buscar os testemunhos da experiência sob uma perspectiva microfenomenológica, buscando relatos de uma situação concreta e não narrativizada nem pré-elaborada.

Há muitos pontos de cruzamento em nossas propostas. Em primeiro lugar, o trabalho de *apertura hacia* (“abertura para trás”) que ela propõe está atrelado a uma experiência de presença que tem implicações prospectivas imediatas, inevitáveis. Isso me remete ao que argumentei anteriormente sobre o fazer “junto com” o tempo, um fazer próprio das mexidas de cozinha e da etnografia. Além disso, tal experiência corporal e mnemônica – instigada através de um exercício reflexivo criado na relação de entrevista entre pesquisadora e pesquisada(o) – pretende ter como efeito a captura mútua dos “elementos subjetivos e intersubjetivos que compõem” uma experiência determinada, promovendo “um espaço de observação, familiarização e tomada de consciência da própria experiência”. Essa dimensão reflexiva construída a partir do corpo, e seu imbricamento em uma memória não pré-elaborada, aponta para um ponto de confluência. Por aí fomos detalhando as dinâmicas a serem propostas para as oficinas que Pedrina e eu havíamos imaginado.

Eu já havia realizado uma oficina com o grupo de vinte marisqueiras da associação, na qual falei sobre o propósito daqueles encontros, conforme alinhado previamente com Pedrina, e mostrei um vídeo com reflexões de Conceição Evaristo sobre o ato da escrita. Por fim, li um trecho da etnografia de Renata Machado sobre as marisqueiras de Matarandiba e mostrei-lhes uma foto do mangue, a partir

da qual elas falaram de suas atividades de mariscagem, das memórias a elas associadas e da importância da associação. Em seguida, propus que escrevessem sobre ou desenhassem sua memória mais antiga no mangue. Para a ocasião, Pedrina preparou um lanche farto. Antes de iniciarmos a oficina, ela propôs uma oração, que foi conduzida por uma companheira evangélica, e ao final da atividade, antes do lanche, eu pedi outra roda de oração. Já a segunda oficina, que elaborei e conduzi com Camila, foi detalhada na programação da seguinte maneira:

1. *Oração.*

2. *Introdução. Ana retoma o que aconteceu na oficina passada.*

- *Leitura do texto etnográfico da Ana sobre o encontro com elas na última oficina e perguntas que surgiram.*

- *Retorno delas.*

3. *Camila: Evocação de uma experiência singular: uma situação concreta, específica em que tenham aprendido algum aspecto do seu ofício. Roda/entrevista coletiva.*

4. *Roda do gesto: ressoando com a entrevista e o texto da Ana, qual é o primeiro gesto que aparece? Cada uma faz um gesto e repete o gesto da anterior.*

5. *Oração.*

6. *Lanche.*

No dia anterior à oficina, conversei com as cinco mulheres que compõem a Diretoria da AMPB para explicitar a relação entre as oficinas e meu interesse de pesquisa mais amplo, ligado às reflexões já mencionadas. O mote do meu

argumento era conduzido pelo que elas me diziam sobre as parcerias que já desenvolvem com inúmeras entidades da sociedade civil, do governo e das universidades. Há um certo assédio, avaliam, e embora se interessem pelas parcerias, muitas das quais elas agradecem e celebram, ressaltam constantemente que é preciso manter o protagonismo. Isso significa “cortar as asinhas de uns e outros que chegam”. “Peço a Deus que nos dê sabedoria para que a gente consiga saber lidar com isso sem perder nosso objetivo que é a valorização do nosso trabalho de mariscagem”, disse Pedrina.

O alerta de Pedrina remete-nos à questão geral deste artigo: como fazer do conhecimento antropológico um “aliado” das práticas marisqueiras de conhecimento? As queixas que “nós” antropólogos(as) temos escutado sobre o caráter apropriador de nossas próprias práticas não podem ser pensadas em termos genéricos, como já observou Marilyn Strathern (2014 [1987]), mas sim localizadas em seus contextos de enunciação singulares, que correspondem às expectativas em que se baseiam as interpelações. Eu acrescentaria que não apenas estas últimas precisam ser mapeadas pela análise, mas que também se deve refletir sobre o lugar de quem descreve (o “nós” etnográfico) e do público para quem se escreve. Nenhum desses é dado fora das relações etnográficas construídas em uma pesquisa antropológica qualquer. Assim, minha expectativa em criar um projeto que fosse, ao mesmo tempo, de interesse teórico e de intervenção política no contexto da Resex não pode distanciar-se do interesse de Pedrina na valorização do trabalho de mariscagem. Mas como esses diferentes interesses confluem?

Essa indagação carrega outra, de fundo: que relação o conhecimento antropológico pode ou pretende construir com outros conhecimentos? A partir da ideia de confluência proposta por Nêgo Bispo, entendo que essa relação precisa ser criadora, potencializando as partes interessadas sem que as diferenças se anulem. Adicionando a abordagem da microfenomenologia à já intrincada confluência entre antropologia e mariscagem, fiz emergir em minha escrita a centralidade da dimensão procedimental do corpo presente em cada uma dessas práticas (a antropológica, a marisqueira e a microfenomenológica). Assim como as variações provocadas em nós (cujo efeito é um certo conhecimento) graças ao movimento de nossos corpos entre o campo e o gabinete, vejo que os modos de criação marisqueiros e a autoanálise microfenomenológica dos chamados estudos da presença projetam-se para efeitos futuros. Se tais efeitos não pretendem ser iguais entre si, a aliança torna-se possível com base nas confluências entre os procedimentos criadores dessas diferentes práticas. Tal aliança perturba as divisões entre sujeito, objeto e público da escrita antropológica, ao mesmo tempo em que nos leva a uma certa poética da memória, sobre a qual fui alertada graças ao cartaz digital que a associação das marisqueiras preparou para uma atividade do samba de roda, na mesma época em que eu buscava compartilhar com elas as discussões de minha pesquisa. No cartaz, elas convidavam a: “viver e criar memórias de alegrias”.

Referências bibliográficas

BELAUNDE, Luisa Elvira e MACHADO, Renata Freitas. 2024. Nos caminhos da lama: diálogos entre oleiras e marisqueiras através das fronteiras etnográficas sul-americanas. *Revista de*

Antropologia, v. 67. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/210461>. Acesso em: 28 out. 2024.

- CARNEIRO, Ana; AYOUB, Dibe; NÓBREGA, Marcia e DAINESE, Grazielle. 2024. Questões de gênero e políticas da terra. *Revista de Antropologia*, v. 67. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/175098>. Acesso em: 28 out. 2024.
- DOS SANTOS, Antônio Bispo. 2023. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu.
- DOS SANTOS, Carlos Alberto Pinto. 2023. Maretórios. In: DOS SANTOS, Antonio Bispo; KOPENAWA, Davi et al. *Terra: antologia afro-indígena*. São Paulo/Belo Horizonte: Ubu/Piseagrama.
- GOLDMAN, Marcio. 2023. “A antropologia diante dos saberes orgânicos”. Conferência de encerramento da IX REACT. *ReACTivando o perigo: chamados e ressonâncias frente às crises ecológicas*. (Comunicação pessoal). p. 1-21.
- GOMES, Paula Pimenta. 2020. *Samba de roda das marisqueiras: corpos e instrumentos em luta*. Dissertação (mestrado em Estado e Sociedade). Porto Seguro (BA), Universidade Federal do Sul da Bahia.
- PEIXOTO, Fernanda Arêas; MARQUES, Ana Claudia; VILLELA, Jorge; MARRAS, Stélio e GARCIA, Uirá. 2020. *Artes e semânticas da criação e da memória*. Projeto temático Fapesp n. 2020/07886-8.
- STRATHERN, Marilyn. 2014 [1990]. O efeito etnográfico. In: STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify.
- STRATHERN, Marilyn. 2014 [1987]. Os limites da autoantropologia. In: STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify.
- URZUA, Victor Andres Niklitschek. 2023. *A prática instituinte da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras-BA: conservação da biodiversidade e segurança alimentar e nutricional*. Tese

(doutorado em Ciências Sociais). Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

VALENZUELA-MOGUILLANSKY, Camila. 2023. *Multidimensional Approach to Presence (MAP)*. (Comunicação pessoal).

Sobre a autora

ANA CARNEIRO é Professora Adjunta do Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade, na Universidade Federal do Sul da Bahia. Desenvolve trabalhos de pesquisa e extensão com agricultores familiares no norte de Minas Gerais desde 2006, e com marisqueiras no litoral sul da Bahia desde 2019. Tem se voltado para situações de interface entre antropologias, ativismos e práticas femininas de criação, cuidado e conhecimento em contextos de luta em defesa de terras e territórios. Ana Carneiro é pesquisadora do Projeto temático *Artes e semânticas da criação e da memória* (Processo nº 2020/07886-8 – FAPESP: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

Da criação de uma *parceria* com marisqueiras de Belmonte-BA: Antropologia como ferramenta de encontro

Ana Carneiro

Resumo

Parto da experiência de um diagnóstico participativo com marisqueiras da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras (Bahia), na qual mapeamos os impactos à segurança alimentar de suas famílias pelo derramamento do óleo cru no litoral brasileiro (2019), pela pandemia de Covid-19 (2020-21) e pelas chuvas extremas (2021-22). Ao buscar criar um projeto de pesquisa no campo da antropologia, como desdobramento daquela experiência de ação participativa, proponho uma reflexão sobre a possibilidade de se aliar a prática de conhecimento antropológico a outros meios de pensar, engajando-nos na luta contra esses impactos e ameaças por meio das ferramentas que nossa própria prática pode fornecer. Essa reflexão é instigada pela demanda das lideranças marisqueiras e pescadoras que esperam, da pesquisadora, uma parceria.

Palavras-chave: conhecimento antropológico; marisqueiras de Belmonte (BA); Resex de Canavieiras; parceria